



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 679947 - SC (2021/0218352-0)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**EMBARGANTE** : BRUNO BITTENCOURT RODRIGUES  
**ADVOGADO** : ANDRÉ LUIZ GAZINEU RÁFARE - RJ097417  
**EMBARGADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**EMBARGADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por ANDRÉ LUIZ GAZINEU RÁFARE à decisão que indeferiu liminarmente o *habeas corpus*, nos termos do art. 21, inciso XIII, *c*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que impetrou o *habeas corpus* tão somente para cuidar da criança e saber se ela está sendo cuidada como deve ser; pois existe na instâncias de primeiro grau processo de divórcio litigioso (fl. 33).

Requer, assim, o acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado, garantido o seguimento do *habeas corpus*.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a sanar ambiguidade, esclarecer obscuridade, eliminar contradição e suprir omissão existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Não há nenhum vício na decisão ora embargada passível de modificação via embargos de declaração.

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução" (EDcl nos EDcl no REsp n. 1.642.531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 22/4/2019).

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, veja-se o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de

28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente